

SEÇÃO: ARTIGOS

Perfil e caracterização da formação pedagógica de preceptores de estágio curricular de saúde coletiva

Karini Vieira Menezes de Omena¹
Paulo José Medeiros de Souza Costa²
Ana Carolina Rocha Gomes Ferreira³

RESUMO

Os estágios são importantes cenários para a aquisição de saberes e práticas na formação de profissionais da saúde. A atuação dos profissionais preceptores de estágio requer uma formação didático-pedagógica para embasar os processos de ensino e aprendizagem que permeiam esse período da formação acadêmica. Objetivo: caracterizar o perfil e a formação pedagógica dos preceptores de estágio curricular de saúde coletiva. Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, com uso de entrevista semiestruturada e os dados submetidos à análise de conteúdo. A pesquisa foi realizada com 13 supervisores de estágio curricular de saúde coletiva de uma universidade pública estadual do Nordeste brasileiro, após critério de saturação como referencial numérico. Resultados: perfil jovem de supervisores, todas do sexo feminino e revelam que a maioria dos preceptores de estágio atua sem formação didático-pedagógica específica para o exercício de preceptoria de estágio. Conclusão: infere-se que os preceptores de estágio de saúde coletiva necessitam de formação docente.

Palavras-chave: Preceptoria. Ensino. Estágio.

Como citar este documento – ABNT

OMENA, Karini Vieira Menezes de; COSTA, Paulo José Medeiros de Souza; FERREIRA, Ana Carolina Rocha Gomes. Perfil e caracterização da formação pedagógica de preceptores de estágio curricular de saúde coletiva. *Revista Docência do Ensino Superior*, Belo Horizonte, v. 11, e024350, p. 1-20, 2021. DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2021.24350>.

Recebido em: 29/07/2020
Aprovado em: 23/10/2020
Publicado em: 12/03/2021

¹ Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), Maceió, AL, Brasil. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-9226-7743>. E-mail: karinimenezes@yahoo.com.br

² Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), Maceió, AL, Brasil. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2467-7732>. E-mail: paulojmsc@yahoo.com.br

³ Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), Maceió, AL, Brasil. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-1877-0487>. E-mail: acr_fono@yahoo.com.br

Perfil y caracterización de la formación pedagógica de preceptores de etapas curriculares de salud colectiva

RESUMEN

Las pasantías son escenarios importantes para la adquisición de conocimientos y prácticas en la formación de profesionales de la salud. El desempeño de los preceptores profesionales de pasantías requiere de una formación didáctica pedagógica para apoyar los procesos de enseñanza y aprendizaje que permean este período de formación académica. Objetivo: caracterizar el perfil y formación pedagógica de los preceptores de prácticas curriculares de salud pública. Se trata de una investigación cualitativa, que utiliza entrevistas semiestructuradas y datos sometidos a análisis de contenido. Realizado con 13 supervisores, después del criterio de saturación como referencia numérica, de una pasantía curricular de salud colectiva en una universidad pública estatal del Nordeste brasileño. Resultados: perfil joven de los supervisores, todos del sexo femenino y revelan que la mayoría de los preceptores de pasantías trabajan sin formación didáctico-pedagógica específica para el ejercicio de la preceptoría de pasantías. Conclusión: Se infiere que los preceptores de pasantía en salud pública necesitan formación docente.

Palabras clave: Preceptoría. Enseñanza. Pasantía.

Profile and characterization of pedagogical training of collective health curriculum stage preceptors

ABSTRACT

Internships are important scenarios for the acquisition of knowledge and practices in the training of health professionals. The performance of professional preceptors of internship requires pedagogical didactic training to support the teaching and learning processes that permeate this period of academic training. Objective: to characterize the profile and pedagogical training of preceptors of public health curricular internship. This is a qualitative research, based on semi-structured interviews and data submitted to content analysis. Conducted with 13 supervisors, after saturation criterion as a numerical reference, of public health curricular internship at a state public university in northeastern Brazil. Results: young profile of supervisors, all female and reveal that most of the internship preceptors work without specific didactic-pedagogical training for the exercise of internship preceptorship. Conclusion: It is inferred that the preceptors of public health internship need teacher training.

Keywords: Preceptorship. Teaching. Internship.

INTRODUÇÃO

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos da saúde preconizam uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva com o objetivo de capacitar o profissional para atuar em todos os níveis de atenção em saúde. Por sua vez, a demanda do Sistema Único de Saúde (SUS) necessita de serviços de qualidade, devidamente equipados e com equipe multiprofissional experiente e qualificada para atuar na perspectiva da integralidade do cuidado e da diversidade que compõem os sujeitos (BRASIL, 2001).

No contexto das políticas públicas, a reforma sanitária brasileira, ao longo dos últimos anos, fomentou na formação em saúde outras possibilidades pedagógicas relativas ao processo saúde-doença, com destaque para a saúde coletiva como campo privilegiado, estruturado e estruturante de práticas e conhecimentos para formação profissional (CARVALHO; CECCIM, 2014).

A saúde coletiva, nos seus saberes e práticas sobre os processos de saúde-doença-cuidado, tem levado os cursos de graduação em saúde a uma reforma do ensino e da organização das suas práticas com aportes teóricos, metodológicos e tecnológicos de intervenções fundamentais para a iniciação e o exercício profissional (CAMPOS; ELIAS, 2008). No percurso da formação acadêmica, o conhecimento também é construído no cotidiano dos serviços de saúde pública, o que requer uma reflexão sobre o modo como acontecem os processos de ensino-aprendizagem, como os docentes se vinculam às práticas, quais as necessidades dos alunos, quais os modos de agir na produção dos serviços e quais os tipos de competências se quer construir (MERHY, 2014).

Os marcos conceituais da saúde coletiva encontram-se na valorização do social e do cuidado e no estímulo à convivência e ao vínculo entre a população e os profissionais da saúde (CARVALHO; CECCIM, 2014). Esses autores atribuem à saúde coletiva a preocupação com os perfis dos novos profissionais da saúde, que se dá “não pela proporção de expedição de diplomas, mas pela capacidade de impacto das profissões de saúde na qualidade de vida das populações” (CARVALHO; CECCIM, 2014, p. 141).

O aprendizado em ato, com o convívio entre acadêmicos, população e profissionais da saúde, acontece por meio dos estágios, nos cenários de prática em saúde e são compreendidos como momentos para se “aprender a fazer”, aplicando conhecimentos adquiridos. Contudo, a prática dos estágios em saúde carece de investimento no sentido de que produzam conhecimento, e não apenas sejam lócus para a aplicação (PEREIRA; CARNEIRO, 2019).

Nos cenários de prática, o preceptor de estágio curricular exerce um importante papel, de grande responsabilidade e complexidade, exatamente pelas características e singularidades do trabalho em saúde em que acontece o encontro entre trabalhador, usuário, estudante e preceptor (FEUERWERKER, 2011). Para tanto, a formação pedagógica é imperiosa e a atividade docente não deve ser improvisada, pois necessita também de conhecimentos e reflexões sobre o ato de ensinar, visto que o campo da Educação se caracteriza por conceitos, teorias e práticas próprias (MOHR, 2011). Uma atividade de ensino na formação em saúde na graduação e pós-graduação é a preceptoria, que também requer uma formação docente específica (RODRIGUES, 2012).

É importante que o preceptor de estágio identifique, descreva, compreenda e caracterize as dificuldades de aprendizagem e estabeleça um retorno sistemático e contínuo da avaliação ao aluno (FRIAS; TAKAHASHI, 2002). Isto porque a ação pedagógica é formada pelos atos de planejar, executar e avaliar e está associada com determinadas concepções pedagógicas que estabelecem a direção do agir pedagógico. Em especial, uma pedagogia construtivista vê o ser humano em constante processo de formação e aprendizado, em sua concepção desenvolvimentista, e sustenta uma prática docente de acompanhamento do processo de construção do conhecimento (LUCKESI, 2011).

Assim, a realização de atividades de ensino e aprendizagem, bem como a indicação da abordagem pedagógica que subsidia o processo avaliativo nos estágios supervisionados, constituem um importante passo para favorecer uma aprendizagem que forme profissionais conscientes, analíticos, reflexivos, críticos e comprometidos com as necessidades sociais (SILVA *et al.*, 2007).

Portanto, o objetivo deste estudo foi caracterizar o perfil e a formação pedagógica dos supervisores de estágio curricular de saúde coletiva de uma universidade pública estadual do Nordeste brasileiro.

METODOLOGIA

O protocolo desta pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, CAAE nº 11915318.1.0000.5011 e parecer nº 3.344.071, em 23 de maio de 2019.

Trata-se de uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa. Para o seu desenvolvimento, foram realizadas análises bibliográficas e pesquisa de campo, com o uso das técnicas de entrevista e diário de campo para a produção dos dados, os quais foram analisados sob a luz do método de Análise de Conteúdo, segundo referencial de Bardin (2016).

Perfil e caracterização da formação pedagógica de preceptores de estágio curricular de saúde coletiva

Karini Vieira Menezes de Omena, Paulo José Medeiros de Souza Costa, Ana Carolina Rocha Gomes Ferreira

O estudo foi realizado nos cenários de práticas dos estágios curriculares supervisionados de saúde coletiva dos cursos de graduação de uma Instituição de Ensino Superior (IES) pública estadual do Nordeste do Brasil. São eles: Medicina, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia e Enfermagem.

A amostra foi composta por preceptores de estágio curricular em saúde coletiva dos cursos de graduação. Foi utilizado o critério de saturação como referencial numérico para estabelecer o total de preceptores. Assim, fizeram parte da pesquisa treze supervisores de estágio curricular de saúde coletiva, dos dezoito preceptores do quadro dos cinco cursos de graduação. No período da coleta, uma supervisora estava de férias e um em processo de afastamento de suas atividades profissionais.

Como critérios de inclusão, foram selecionados os preceptores de estágio curricular em saúde coletiva dos cursos de graduação, de ambos os sexos, independente da faixa etária e que aceitaram participar do estudo. E como critérios de exclusão os que estavam de férias ou afastados por motivo de licença no momento da coleta de dados.

Os participantes foram convidados a participar da pesquisa em seus dias rotineiros de trabalho. Uma entrevista individual foi agendada em local e horário de sua conveniência, em ambiente iluminado e privativo. Na oportunidade foram apresentados a eles os objetivos da pesquisa e da proposta metodológica a ser aplicada (entrevista semiestruturada), bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para leitura e posterior assinatura.

A identidade dos participantes foi preservada em respeito às normas das Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012, 2016). Foram atribuídas às falas o código "S" para os supervisores, seguido do número referente à ordem das entrevistas.

Para a produção dos dados, foi elaborado, pelos autores desta pesquisa, um roteiro semiestruturado para as entrevistas. Foi utilizado também o diário de campo (instrumento utilizado para registrar as observações feitas na pesquisa com o objetivo de descrever tudo que ocorreu no momento). As entrevistas foram gravadas e as falas transcritas na íntegra.

Inicialmente, o instrumento elaborado para coleta de dados desta pesquisa foi aplicado em um pré-teste, com sete preceptores de estágio de outras IES, no intuito de verificar se o conteúdo explorava de maneira efetiva os quesitos para atingir os objetivos da pesquisa. O pré-teste possibilitou o refinamento do instrumento de coleta de dados.

Ao aplicar um instrumento de pesquisa, é importante a realização de um pré-teste, na intenção de verificar se ele apresenta fidedignidade, validade e operatividade. A aplicação do pré-teste é realizada com uma amostra reduzida e esses participantes não deverão fazer

parte da amostra final, quando efetivamente serão analisados os resultados coletados para a realização do estudo (MARCONI; LAKATOS, 2003).

O roteiro para as entrevistas foi composto por duas partes. A primeira parte teve como objetivo caracterizar os participantes da pesquisa e fez referência aos seguintes dados: idade, sexo, formação e trajetórias acadêmicas, experiências docentes e vínculo de trabalho. A segunda parte foi composta por perguntas norteadoras da entrevista e se pautou nos objetivos deste estudo e do referencial teórico adotado, compreendendo: questões referentes à motivação, dificuldades e potencialidades para a preceptoria durante o estágio supervisionado e a formação didático pedagógica para a preceptoria de estágio.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra foi composta por treze preceptores de estágio de saúde coletiva, respectivamente: quatro terapeutas ocupacionais; três fonoaudiólogas; três fisioterapeutas; duas enfermeiras e uma médica.

A coleta de dados objetivou a caracterização dos participantes. Dessa forma, as variáveis adotadas e expressas no Quadro 1 foram: sexo, idade, formação acadêmica e tempo de atuação como supervisor de estágio e formação pedagógica.

Perfil e caracterização da formação pedagógica de preceptores de estágio curricular de saúde coletiva

Karini Vieira Menezes de Omena, Paulo José Medeiros de Souza Costa, Ana Carolina Rocha Gomes Ferreira

Caracterização dos preceptores de estágio curricular de saúde coletiva	
Sexo (n)	
Masculino	0
Feminino	13
Idade (anos)	
31 – 39	08
40 – 49	03
50 – 59	01
60 – 69	01
Formação acadêmica (n)	
Pós-graduação <i>Latu sensu</i>	05
Pós-graduação <i>Stricto sensu</i> Mestrado	06
Pós-graduação <i>Stricto sensu</i> Doutorado	02
Possui formação didático/pedagógica (cursos, capacitações, afins) (n)	
Sim	09
Não	04
Tempo de atuação como supervisor de estágio (anos)	
< 1	01
1 – 6	05
7 – 12	04
13 – 18	01
19 – 24	02
Vínculo de trabalho (n)	
Docente da Universidade	08
Profissional do Serviço de Saúde	05

Quadro 1 – Caracterização dos preceptores de estágio curricular de saúde coletiva
Fonte: elaborado pelos autores, 2020.

A maior parte dos sujeitos está na faixa etária de 31 a 39 anos e todos são do sexo feminino, caracterizando um perfil de jovens preceptoras. Esses dados corroboram os estudos de Ribeiro, Ramos e Mandú (2014) e de Lacerda, Teles e Omena (2019), que apontam a predominância do sexo feminino no contexto de atividades de cuidado em saúde e na docência.

Quanto à formação acadêmica, todas as preceptoras possuem pós-graduação, cinco em curso *Lato sensu*, voltadas para especialização em áreas assistenciais específicas da categoria profissional e em saúde coletiva, seis possuem mestrado e duas possuem doutorado.

Tais informações estão em conformidade com o estudo de Machado *et al.* (2015), que revelam uma tendência dos profissionais de saúde buscarem qualificação profissional para o mercado de trabalho por meio de cursos de aprimoramento, programa de residência, especialização, mestrado e/ou doutorado. Por sua vez, o estudo de Ribeiro e Prado (2013) complementa a necessidade dos preceptores para uma formação pedagógica, que os

capacitem na qualidade de educadores para o desenvolvimento de atividades de supervisão para a prática de ensino no trabalho.

Em contraponto, Treviso e Costa (2017) e Dallacosta, Antonello e Lopes (2014) afirmam que é simplista considerar que o profissional com mestrado ou doutorado está capacitado para o exercício da docência, uma vez que muitos programas priorizam a formação para a pesquisa e não para a atuação em sala de aula. Assim, os cursos de pós-graduação *Stricto sensu* devem instigar o profissional na busca de mais conhecimento didático, a fim de qualificar para o ensino e aprendizagem.

Sobre a formação do docente para o ensino superior, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determina, em seu artigo 66, que: “A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado” (BRASIL, 1996).

Neste estudo, emergiram várias formas de qualificação para docência, relatadas pelos participantes, como: oficinas, cursos, encontros científicos, capacitações e pós-graduação (*stricto sensu* e *lato sensu*). Ainda sobre a formação, no que se refere à variável “possui formação didático/pedagógica (cursos, capacitações, afins)”, observou-se que nove preceptores possuem algum tipo de formação docente, entre cursos e capacitações, e quatro preceptores não possuem formação pedagógica.

Tais aspectos corroboram o estudo de Marins (2011), que afirma que os desafios da ação pedagógica na preceptoria estão atrelados à falta de formação na área da Educação para os preceptores, e à falsa ideia de que um bom profissional da saúde deve ser um bom preceptor. A atuação como preceptor nos cenários de práticas vai além da reprodução dos processos de trabalho, pois mesmo para as práticas são necessários métodos ativos de ensino-aprendizagem e avaliações na forma cognitiva nas habilidades e nas atitudes.

A formação docente é necessária, pois o trabalho docente exige um conhecimento sistemático do processo de planejamento, das estratégias de ensino e das práticas avaliativas (BATISTA *et al.*, 2004). Fato esse também relatado por Treviso e Costa (2017), que indaga que a prática da docência na área da saúde necessita do preparo do professor para desenvolver atividades de ensino-aprendizagem. Apenas o conhecimento técnico não é o bastante para a atividade docente.

No estudo realizado por Junqueira e Oliver (2020), foi observado o despreparo docente para fomentar o processo de aprendizagem nos cenários de práticas, assim como foi pontuado que somente o cumprimento da legislação pertinente à supervisão de estágio não garante a qualidade do ensino e fragiliza o processo educativo.

Os dados apontam para uma conjuntura de profissionais que exercem atividades docentes como especialistas no seu campo de conhecimento e pouco investimento na preparação específica para atuação como preceptor de estágio. A maioria dos participantes da pesquisa apresenta títulos acadêmicos e também algum tipo de formação pedagógica, porém, sem preparação específica para tal atividade. Da mesma forma, há profissionais exercendo a atividade docente na preceptoria de estágio sem possuir nenhuma formação para a complexa atividade da docência no ensino superior. Assim, pode-se repercutir em processos de ensino-aprendizagem deficitários por não compreender a especificidade didático-pedagógica da supervisão de estágio somado à amplitude do contexto prático da saúde coletiva.

Com relação ao tempo de atuação como preceptor, apenas uma participante respondeu que apresenta menos de um ano de exercício, as demais possuem mais de um ano atuando como preceptoras. O estudo realizado por Treviso e Costa (2017) considerou que o tempo de atuação e a experiência na área da docência são fatores que podem contribuir para a qualidade do ensino. O estudo enfatiza a importância da experiência na área da docência com formação específica para tais atividades, apenas o tempo de atuação sem a formação em ensino não é suficiente.

Outro fator relevante é o vínculo de trabalho. Os dados demonstraram que oito preceptores eram docentes da universidade e cinco preceptores eram profissionais do serviço com vínculo empregatício na secretaria municipal de saúde, ou seja, sem vínculo com a universidade, apenas recebem os acadêmicos na unidade de saúde e supervisionam o estágio.

Tais dados vão ao encontro do estudo de Feuerwerker (2011), que afirma existir uma tensão constitutiva do ser preceptor devido aos tipos de arranjos, de equipamentos e com as profissões, uma vez que há possibilidades diferentes de vinculação do preceptor. Alguns são contratados especificamente para serem preceptores e outros têm a vinculação assistencial e também desenvolvem o trabalho de preceptor de estágio.

A partir desse resultado, que apresentou duas vinculações diferentes, deixando evidente identidades diferentes para preceptores, cabe aqui esclarecer que, nas análises das falas, foi utilizado o termo “docente da IES” para os preceptores com vínculo na universidade e que estão no cenário de práticas apenas supervisionando o estágio e “trabalhador da equipe de saúde” ou “trabalhador do serviço” para os preceptores que não possuem vínculo com a IES, mas recebem os acadêmicos no local em que trabalham e desenvolvem as funções de preceptor do estágio.

Conhecer o perfil dos preceptores participantes deste estudo possibilita o direcionamento para futuras proposições de qualificação para a atuação docente nos cenários de práticas. O preceptor de estágio necessita estar preparado para esse fazer específico – acompanhar o desenvolvimento e aprendizagem dos acadêmicos nos cenários de práticas. Para tanto, eles necessitam de uma formação pedagógica específica para desenvolver as atividades docentes de preceptoria.

A partir das análises das entrevistas, foram identificadas as seguintes categorias: (I) Preceptoria de estágio: preparo didático-pedagógico para este fazer; e (II) Estágio de saúde coletiva: potencialidades e fragilidades. Tais categorias são abordadas a seguir.

(I) Preceptoria de estágio: preparo didático-pedagógico para este fazer

O preceptor de estágio necessita estar preparado para o fazer específico de acompanhar o desenvolvimento e as aprendizagens dos acadêmicos nos cenários de práticas. Para tanto, o preceptor necessita de formação pedagógica para desenvolver as atividades docentes de preceptoria. As falas abaixo expressam desafios dessa prática profissional.

“[...] que tivesse mais cursos voltados para os preceptores e encontros entre os preceptores pra que existisse uma troca, pra saber como é que acontece essas questões mesmo, das avaliações no campo [...]” (S1).

“[...] eu nunca fiz um curso de preceptoria, eu nunca fui formada pra isso” (S6).

“[...] é muito difícil acompanhar aluno em estágio de saúde coletiva, em território, a sensação que eu tenho é que é a minha percepção, é o que eu acho, não sei se realmente é o correto, se é o necessário, mas uma coisa eu digo, da turma passada pra essa, a minha avaliação já mudou completamente e acho que pra o próximo grupo, já vai ser outra forma de olhar para eles” (S8).

As falas acima corroboram o estudo de Feuerwerker (2011) que sinaliza a existência de desafios diferenciados para profissionais da saúde que desenvolvem funções de preceptoria no que se refere à configuração da aprendizagem na vivência nos serviços de saúde.

Monteiro *et al.* (2011) afirmam que os preceptores não têm clareza do seu papel, dos objetivos a serem alcançados pelos acadêmicos e desconhecem a organização do curso, assim como realizam o ensino e a avaliação de maneira intuitiva.

É necessária uma formação pedagógica que capacite os preceptores, na qualidade de educadores, e favoreça uma melhor assimilação e associação de seus saberes com a prática de ensino no trabalho (RIBEIRO; PRADO, 2013).

As falas dos preceptores que são docentes da universidade demonstram embasamentos pedagógicos mais esclarecidos, mesmo com pouca iniciativa da universidade em promover cursos específicos de capacitação para a preceptoria de estágios. Em contrapartida os preceptores de estágio, que são profissionais dos serviços, apresentaram fragilidades e poucos embasamentos teóricos em relação ao seu fazer enquanto preceptor, apesar de demonstrar satisfação em receber os alunos.

Na perspectiva acima apresentada, Feuerwerker (2011) afirma que a ação do preceptor deve ser fundamentada por embasamentos pedagógicos, preparação e educação permanente, pois precisa ser refletida, analisada e enriquecida.

Para Soares *et al.* (2013) o preceptor deve: exercer estratégia educativa que favoreça uma atitude reflexiva e emancipadora, ter a capacidade de integrar os conceitos e os valores que ajudem o acadêmico a desenvolver estratégias factíveis para resolver os problemas cotidianos da atenção à saúde, supervisionar e orientar questões éticas e morais da profissão, acompanhar e avaliar, permanentemente, o aprendizado e proporcionar saberes e práticas pertinentes ao momento de formação.

No estudo realizado por Lacerda, Teles e Omena (2019) são apontados como melhorias para o processo de ensino-aprendizagem relacionadas à supervisão de estágios: curso preparatório para prática da preceptoria e reuniões entre preceptores e coordenações dos cursos. Elas afirmam que essas iniciativas estreitam as relações ensino-serviço e reforçam o apoio pedagógico.

O exercício da preceptoria nos estágios de saúde coletiva é, de fato, um grande desafio para todos os envolvidos e necessita aprimoramento do fazer dos supervisores, bem como a compreensão da especificidade da assistência na atenção básica, que envolve o contexto social, a diversidade dos territórios, a clínica ampliada, o trabalho interprofissional e a integralidade do cuidado em saúde.

A formação pedagógica para atuação profissional como preceptor de estágio não deve ser improvisada, mas necessita de conhecimentos e reflexões sobre o ensino-aprendizagem. Os cenários de práticas ocupam importantes espaços na formação do profissional de saúde. O preceptor requer um olhar atento para identificar o desenvolvimento e a aprendizagem do acadêmico.

(II) Estágio de saúde coletiva: potencialidades e fragilidades

O estágio supervisionado obrigatório de saúde coletiva é tão intrincado e dinâmico como o exercício da preceptoria e, nesse contexto, surgiram, nas falas dos preceptores,

potencialidades e fragilidades que permeiam as relações e o processo de ensino-aprendizagem dos envolvidos.

Como potencialidades surgiram muitas falas demonstrando o gosto pela saúde coletiva, a satisfação da presença dos alunos no estágio, o estímulo na atualização científica motivado pela prática e pela presença do aluno, demonstradas a seguir:

“Eu gosto muito de estar na prática com os alunos, é o momento em que eles vivem a aprendizagem significativa, e na atenção primária, pra mim é o melhor lugar, porque a gente tem um vínculo mais forte com os pacientes, vai na casa deles, [...] enfim” (S13).

“Me identifico com a saúde coletiva, então durante a minha graduação era uma área que eu me identificava e eu comecei a trilhar minha carreira nessa perspectiva, me identifico e me realizo fazendo essa atuação” (S5).

“[...] eu sempre gostei muito dessa parte mais prática, porque no estágio tem uma relação mais próxima do aluno com a comunidade” (S3).

Nesse sentido, Campos, Cunha e Figueiredo (2013) corroboram os resultados deste estudo em que os aspectos técnicos e científicos, assim como os valores, a postura ético-política e os afetos do profissional influenciam o direcionamento de qualquer intervenção no processo de formação profissional. A atuação na saúde coletiva deve contemplar o desenvolvimento de uma sensibilidade para estar em contato com o outro e seu sofrimento, e a compreensão na atuação junto aos diversos determinantes do processo saúde-doença.

Desse modo, os autores desta pesquisa consideram que a motivação advinda da prática da saúde coletiva precisa ser valorizada. O campo da saúde coletiva apresenta uma diversidade nos variados modos de viver, nos processos subjetivos e sociais. Por essa razão, requer dos profissionais um olhar diferenciado e atuações condizentes com as demandas do território e da atenção básica.

Foi considerado pelos preceptores de estágio, que são trabalhadores dos serviços, como facilidade o fato de pertencerem à equipe de trabalho da unidade, alegando maior abertura para inserir os alunos nos processos de trabalho e conhecer as demandas locais.

“O que facilita é eu estar no meu serviço, é ser no lugar onde eu já conheço” (S6).

“O que facilita é ter a liberdade de trabalhar na minha prática, do meu dia a dia do trabalho, então essa liberdade é interessante para o processo” (S1).

Em contraponto, relataram dificuldades em relação à volumosa atividade laboral somada às atribuições de preceptor de estágio, gerando dificuldades em dar atenção aos acadêmicos.

“E também não tem um número de atendimentos diferenciado para quem é preceptor, em relação à quantidade de pacientes, eu tô (sic) formando futuros profissionais, é diferente de atender só, então tem que ser diferenciado porque é pra aprendizagem. Eu sempre questiono isso. Não existe uma parceria entre a secretaria e a universidade? Por que não acertam isso?” (S11).

As dificuldades dos preceptores de estágio vão ao encontro do estudo realizado por Tavares *et al.* (2011), que aponta que as diversas tarefas exercidas pelos profissionais de saúde que também desempenham funções de supervisão de estágio podem, em algum momento, gerar dificuldades em associar diariamente o duplo papel de profissional assistencial e educador.

O estudo realizado por Izecksohn *et al.* (2017) também traz essa realidade e afirma que acumular as atividades assistenciais e as funções da supervisão de estágio causa sobrecarga de trabalho, o que pode comprometer o processo da preceptoria.

De outro modo, os docentes preceptores de estágio que estão nos serviços de saúde acompanhando os acadêmicos relataram dificuldades de integração com os profissionais das equipes de saúde, o que resulta na realização das atividades com a comunidade de forma isolada.

“A dificuldade que eu acho também é a integração com a equipe, unidade, muitas vezes a docência fica trabalhando sozinha na comunidade, eu tô (sic) num grupo de idosas há três anos e meio sozinha, nunca apareceu ninguém da equipe, ou aparece vez ou outra, então a gente atua só, quando o estágio para em novembro e só volta em fevereiro, o grupo fica desassistido” (S5).

“A equipe, a princípio, foi uma dificuldade, embora a gente ainda tem algumas barreiras e fazer algumas ações juntos, porque eles sempre estão muito ocupados, [...], então falta um pouco disso e melhorar essa interação serviço, academia e comunidade, no sentido se ajustar melhor, planejar mais as atividades em conjunto” (S7).

Um estudo realizado por Pereira e Carneiro (2019) corrobora as dificuldades encontradas neste estudo, pois apontam os desafios dos estágios de saúde coletiva, como: o acesso aos cenários de estágio, o espaço de trabalho no cotidiano das práticas de saúde e a qualificação dos preceptores.

Corroborando essas dificuldades relatadas pelos preceptores docentes, Feuerwerker (2011) refere-se que quando o preceptor é professor e só acompanha os alunos nos cenários de práticas, sem fazer parte da equipe de profissionais da unidade, os desafios são relativos à:

construção de relações com a equipe, produção de agenda comum, ser visto como visitante e não parte integrante e colaborativa.

O ensino-aprendizagem nos cenários de prática só será emergente quando a equipe assumir como parte do seu processo de trabalho o ensino na saúde, tanto na perspectiva da educação permanente de si mesma quanto dos educandos que passarem pelo serviço de saúde (BARRETO *et al.*, 2011).

No estudo realizado por Junqueira e Oliver (2020), eles apontam o trabalho em equipe e a atuação profissional de diferentes categorias, no âmbito da atenção primária em saúde, como elementos importantes para o processo de aprendizagem.

Vale ressaltar que os momentos de aprendizado nos cenários de práticas requerem uma articulação e pactuação entre os órgãos responsáveis pelos serviços públicos de saúde e a IES, para garantir espaços de formação de profissionais de qualidade, com o ensino-aprendizagem fomentado a partir dos processos de trabalho das equipes de saúde. É interessante pontuar que o SUS é um campo de atuação tanto para assistência quanto para formação de recursos humanos. Garantidos pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Art. 6º. Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS): III – a ordenação da formação de recursos humanos na área de saúde;

Art. 14. Deverão ser criadas Comissões Permanentes de integração entre os serviços de saúde e as instituições de ensino profissional e superior.

Parágrafo único. Cada uma dessas comissões terá por finalidade propor prioridades, métodos e estratégias para a formação e educação continuada dos recursos humanos do Sistema Único de Saúde (SUS), na esfera correspondente, assim como em relação à pesquisa e à cooperação técnica entre essas instituições (BRASIL, 1990).

As dificuldades relatadas pelos participantes da pesquisa podem implicar em déficits na formação dos acadêmicos, pois o momento de aprender com o trabalho em equipe necessita do planejamento de ações interprofissionais, da assistência compartilhada e da compreensão dos processos de trabalho.

Quanto às fragilidades, os preceptores alegaram falta de cursos, treinamentos e/ou capacitações para o exercício da preceptoria de estágio curricular e a necessidade do conhecimento pedagógico para atividades do processo de ensino-aprendizagem.

“O fato de ficar aqui, mais distante da universidade, eu acho complicado, a universidade deveria dar um suporte maior pra gente, em termos até desses conhecimentos, de ter um preparo melhor pra ser preceptor” (S6).

“Precisaria de mais acompanhamentos por parte da universidade, mais encontros, mais capacitações, principalmente para os preceptores, porque uma coisa é quando você é professor e também tá (sic) no campo, mas outra coisa é quando não é professor e está no campo com os alunos” (S1).

“Eu acho que desses cinco anos pra cá, eu sinto que a semana pedagógica tem mais momentos, mas eu não acho que de fato para preceptor [...] e é um tempo muito enxuto pra demanda que tem do trabalho de preceptor, é um tempo insuficiente” (S5).

Corroborando a fragilidade da formação docente observadas neste estudo, Marins (2011) afirma que há uma negligência da importância da formação pedagógica para os profissionais que desempenham atividades de preceptoria de estágio. E as transformações na matriz curricular, no papel do preceptor, no perfil dos preceptores e no processo de avaliação serão capazes de promover o melhor desempenho pedagógico.

Para Marins (2011) e Treviso e Costa (2017), fomentar o conhecimento pedagógico e didático para preceptores de estágio favorece o ensino de qualidade e permite, ao preceptor, explorar as estratégias de ensino-aprendizagem nos cenários de práticas.

Os depoimentos acima apontam para o problema da falta de formação pedagógica para o exercício da preceptoria de estágio. Diante dessa problemática, os autores desta pesquisa percebem que o preceptor de estágio precisa estar atento às oportunidades educativas que a assistência oferece e identificar as lacunas da aprendizagem que os acadêmicos apresentam para, assim, traçar um planejamento de atividades condizentes com as necessidades dos acadêmicos. Para tanto, a complexa atuação do preceptor requer conhecimento e reflexões sobre o ensino-aprendizagem.

A formação didática e pedagógica para os preceptores de estágio subsidiarão o processo de avaliação da aprendizagem dos acadêmicos durante o estágio, promovendo uma aprendizagem significativa e a formação de profissionais críticos, reflexivos e comprometidos com as necessidades sociais e a saúde coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os preceptores de estágio curricular em saúde coletiva deste estudo têm um perfil jovem. Quanto à formação pedagógica, a maioria faz referência a alguma capacitação na docência, porém não considera que foi específica para o exercício da preceptoria de estágio para a formação de acadêmicos nos cenários de práticas em saúde coletiva.

Pode-se inferir que os preceptores de estágio desempenham suas funções sem uma orientação específica para o exercício da preceptoria. A realidade de ensino e aprendizagem

durante os estágios de saúde coletiva é meramente técnica, ou seja, não é um ato planejado e condizente com funções didático-pedagógicas, de forma a orientar o aprendiz e o ensino e oportunizar ao acadêmico a identificação de lacunas no aprendizado.

Nota-se uma prática casual que não remete à formação didático-pedagógica para o exercício da preceptoria, fato esse principalmente observado nos relatos dos preceptores que não são docentes da IES, podendo ocasionar processos de ensino-aprendizagem deficitários, que não atendem à especificidade didático-pedagógica da supervisão de estágio, tampouco ao complexo contexto prático da saúde coletiva.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução: Luís Antero Reto. 4. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARRETO, Vitor Hugo Lima *et al.* Papel do preceptor da atenção primária em saúde na formação da graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco – um termo de referência. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 4, p. 578-583, out./dez. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022011000400019&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 15 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-55022011000400019>.

BATISTA, Nildo Alves *et al.* A disciplina Formação Didático-pedagógica em Saúde na pós-graduação *stricto sensu* da UNIFESP/EPM: uma proposta em foco. In: BATISTA, Sylvia Helena; BATISTA, Nildo Alves (org.). *Docência em Saúde: temas e experiências*. São Paulo: Editora Senac, 2004. p. 203-212.

BRASIL. *Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990*. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 16 jul. 2018.

BRASIL. *LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer nº 1.210, CNE/ CES de 12/09/2001. Institui diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 dez. 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces1210_01.pdf. Acesso em: 10 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Define diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário*

Perfil e caracterização da formação pedagógica de preceptores de estágio curricular de saúde coletiva

Karini Vieira Menezes de Omena, Paulo José Medeiros de Souza Costa, Ana Carolina Rocha Gomes Ferreira

Oficial da União, Brasília, DF, 2012. Disponível em:

<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/reso466.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução CNS nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2016.

CAMPOS, João José Batista; ELIAS, Paulo Eduardo Mangeon. A saúde coletiva no curso de Medicina da Universidade Estadual de Londrina: reflexões iniciais. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 149-159, jun. 2008. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-55022008000200002&script=sci_abstract&tlng=pt)

55022008000200002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 fev. 2021. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S0100-55022008000200002>.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; CUNHA, Gustavo Tenório; FIGUEIREDO, Marina Dorsa. *Práxis e formação Paideia: apoio e cogestão em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2013.

CARVALHO, Yara Maria; CECCIM, Ricardo Burg. Formação e Educação em Saúde: Aprendizados com a Saúde Coletiva. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Souza *et al.* (org.). *Tratado de saúde coletiva*. 2. ed. rev. aum. São Paulo: Hucitec, 2014. p. 137-170.

DALLACOSTA, Fabiana Meneghetti; ANTONELLO, Ivan Carlos; LOPES, Maria Helena. Docência em saúde: breve reflexão sobre a prática profissional. *Revista Científica CENSUPEG*, Joinville, v. 3, p. 38-44. 2014.

FEUERWERKER, Laura. As identidades do preceptor: assistência, ensino, orientação. In: BRANT, Victoria (org). *Formação pedagógica de preceptores em saúde*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2011. p. 29-36.

FRIAS, Marcos Antônio; TAKAHASHI, Regina T. Avaliação do processo ensino-aprendizagem: seu significado para o aluno de ensino médio de Enfermagem. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 156-163, jun. 2002. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342002000200008&script=sci_abstract&tlng=pt)

62342002000200008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 fev. 2021. DOI:

<http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342002000200008>.

IZECKSOHN, Mellina Marques Vieira *et al.* Preceptoría em medicina de família e comunidade: desafios e realizações em uma atenção primária à saúde em construção. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 737-746, mar. 2017. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232017002300737&script=sci_abstract&tlng=pt)

81232017002300737&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 fev. 2021. DOI:

<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017223.332372016>.

JUNQUEIRA, Simone Rennó; OLIVER, Fatima Correa. A preceptoría em saúde em diferentes cenários de prática. *Revista Docência do Ensino Superior*, Belo Horizonte, v. 10, p. 1-20, 2020.

Perfil e caracterização da formação pedagógica de preceptores de estágio curricular de saúde coletiva

Karini Vieira Menezes de Omena, Paulo José Medeiros de Souza Costa, Ana Carolina Rocha Gomes Ferreira

Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/13483>. Acesso em: 15 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2020.13483>.

LACERDA, Lusineide Carmo Andrade; TELES, Roxana Braga de Andrade; OMENA, Cristhiane Maria Bazílio de. Estágio supervisionado: percepção do preceptor sobre o processo de ensino-aprendizagem em um hospital de ensino. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 574-591, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/37908>. Acesso em: 15 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2019v17i2p574-591>.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem*: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

MACHADO, Maria Helena *et al.* Características gerais da Enfermagem: o perfil sociodemográfico. *Enfermagem em Foco*, Brasília, v. 6, n. 1/4, p. 11-17, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARINS, João José Neves. Formação de preceptores para área de saúde. In: BRANT, Victoria (org.). *Formação pedagógica de preceptores do ensino em saúde*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2011. p. 47-52.

MERHY, Emerson Elias. *Saúde: a cartografia do trabalho vivo*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOHR, Adriana. A formação pedagógica dos profissionais da área da saúde. In: BRANT, Victoria (org.). *Formação pedagógica de preceptores em saúde*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2011. p. 53-66.

MONTEIRO, Diva Maria; LEHER, Elizabeth Teixeira; RIBEIRO, Victória Maria Brant. Da educação continuada à educação permanente: a construção do modelo de formação pedagógica para preceptores de Internato Médico. In: BRANT, Victoria (org.). *Formação pedagógica de preceptores em saúde*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2011. p. 13-22.

PEREIRA, Éverton Luís; CARNEIRO, Rosamaria. O que podem nos contar os estágios supervisionados em/sobre saúde coletiva? *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 28, n. 2, abr./jun. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902019000200005. Acesso em: 15 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902019190129>.

RIBEIRO, Kátia Regina Barros; PRADO, Marta Lenise. A prática educativa dos preceptores nas residências em saúde: um estudo de reflexão. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 161-165, mar. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/43731>. Acesso em: 15 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2014.01.43731>.

RIBEIRO, Antônio César; RAMOS, Laís Helena Domingues; MANDÚ, Edir Nei Teixeira. Perfil sociodemográfico e profissional de enfermeiros de um hospital público de Cuiabá/MT. *Ciência Cuidado e Saúde*, Maringá, v. 13, n. 4, p. 625-633, out./dez. 2014. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/20480>. Acesso em: 15 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.4025/cienccuidsaude.v13i4.20480>.

RODRIGUES, Carla Daiane S. *Competências para preceptoría: construção no programa de educação pelo trabalho para a saúde*, 2012. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/56085/000858993.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 fev. 2021.

SILVA, César Cavalcanti da; SILVA, Ana Tereza Medeiros Cavalcanti da; OLIVEIRA, Ana Karla Sousa de. Processo avaliativo em estágios supervisionados: uma construção para o estudo. *Cogitare Enfermagem*, Paraná, v. 12, n. 4, p. 428-438, out./dez. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4836/483648985003.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

SOARES, Ângela Claudia Paixão *et al.* A importância da regulamentação da preceptoría para a melhoria da qualidade dos programas de residência médica na Amazônia ocidental. *Cadernos ABEM*, Rio de Janeiro, v. 9, p. 14-23, out. 2013. Disponível em: https://website.abem-educmed.org.br/wp-content/uploads/2019/09/CadernosABEM__Vol09.pdf. Acesso em: 15 fev. 2021.

TAVARES, Pâmela Elaine N. *et al.* A vivência do ser enfermeiro e preceptor em um hospital escola: olhar fenomenológico. *Revista Rene*, Fortaleza, v. 12, n. 4, p. 798-807, out./dez. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/view/4344/3332>. Acesso em: 15 fev. 2021.

TREVISIO, Patrícia; COSTA, Bartira Ercília Pinheiro da. Percepção de professores da área da saúde sobre a formação em sua atividade docente. *Texto & Contexto – Enfermagem*, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 1-9, abr. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/tce/v26n1/pt_0104-0707-tce-26-01-e5020015.pdf. Acesso em: 15 fev. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072017005020015>.

Karini Vieira Menezes de Omena

Professora auxiliar da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), mestre em Ensino em Saúde e Tecnologia pela UNCISAL (2020), especialista em Processos Educacionais na Saúde pelo Instituto de Ensino e Pesquisa do Hospital Sírio Libanês (2014) e graduada em Terapia Ocupacional pela UNCISAL (2003).

karinimenezes@yahoo.com.br

Paulo José Medeiros de Souza Costa

Professor adjunto da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, doutor em Ciências Aplicadas à Pediatria pela Universidade Federal de São Paulo (2011), mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Sergipe (2003), especialista em Pediatria (1993) e Graduado em Medicina pela Universidade Federal de Alagoas (1985). *Fellow* da segunda turma do FAIMER Brasil (2008/2009).

paulojmsc@yahoo.com.br

Ana Carolina Rocha Gomes Ferreira

Professora assistente da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), doutora em Biotecnologia em Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (2019), mestre em Distúrbio da Comunicação Humana pela Universidade Federal de São Paulo (2011), especialista em Motricidade Oral pela Universidade Federal de Pernambuco (2002) e graduada em Fonoaudiologia pela Universidade Católica de Pernambuco (1996).

acr_fono@yahoo.com.br